



APROVADA

ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 28 DE JULHO DE 2020

1
2
3
4
5 No vigésimo oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às nove horas e vinte
6 minutos, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Ordinário do Conselho
7 Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife -
8 COMDICA, por meio remoto, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia
9 do Coronavírus/Covid-19, e o presidente Armindo Nascimento Pessoa coloca para deliberação
10 os itens da pauta: **APRESENTAÇÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO**
11 **PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DO RECIFE PARA APROVAÇÃO E INFORMES**
12 **GERAIS.** *Participam do pleno na condição de conselheiras(os): Armindo Nascimento Pessoa*
13 *(Lar Presbiteriano Vale do Senhor); Ana Maria de Farias Lira e Eduardo Paysan Gomes*
14 *(Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos*
15 *- SDSJPSDDH); Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha e Flávio Rubem Accioly Campos*
16 *Neto (Gabinete do Prefeito); Andréa Ricardo de Castro (Secretaria de Educação); Germana*
17 *Bezerra Suassuna e Paulo Germano de Frias (Secretaria de Saúde); Hemi Monique Vilas Boas*
18 *de Andrade (CIEE - Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco); Vesta Pires*
19 *Magalhães Filha (Procuradoria Geral do Município); Itamar Sousa de Lima Júnior (CRP);*
20 *Bárbara Elias de Souza Cabral (Escola Dom Bosco - Inspeção Salesiana); Rafaela Silva do*
21 *Rêgo Lima (Secretaria de Finanças); Evandro Alves de Freitas (Instituto Solidare); participam*
22 *na condição de convidadas(os): Rogério Moraes (secretário executivo da Primeira Infância do*
23 *Recife); Karen Souza (Seplag); Soledade Menezes (Rede Estadual da Primeira Infância);*
24 *conselheiras(os) tutelares das RPA'S e representantes da sociedade civil; e, ainda, os(as)*
25 *técnicos(as) Ieda Accioly, Aurely Macedo e Roberta Sartori (Sociopedagógico); Carlos Silva e*
26 *Fabiana Cabral (Prestação de Contas); Simone Maria e Thayná Lira (Financeiro); Angélica*
27 *Araújo e Luiz Eduardo Júnior (Comunicação) e, por fim, a secretária executiva, Simone Melo.*
28 O presidente inicia o pleno agradecendo a presença de todas(os) e afirma que hoje é um dia
29 histórico para o COMDICA já que será analisado para aprovação o Plano Municipal pela
30 Primeira Infância do Recife (PMPI) que é um documento construído de uma maneira muito
31 sólida e transparente. Na ocasião, o presidente dar as boas-vindas para as novas conselheiras da
32 casa: Michele Collins, Kátia Pintor e Manuela Roberta. Dito isto, o presidente convida a
33 conselheira Ana Farias para falar sobre a experiência do processo de construção do PMPI. Ana
34 Farias diz que espera sair do pleno com PMPI aprovado para que, em forma de mensagem, o
35 senhor prefeito possa encaminhar o documento à Câmara Municipal para apreciação e
36 aprovação e a cidade possa ser premiada com o 1º Plano Decenal para a Primeira Infância. A
37 conselheira fala da amplitude do processo para a construção de um primeiro diagnóstico que
38 passou pela escuta de cerca de duas mil pessoas, através da Plataforma Colab, ouvida de 40 mil
39 crianças (04 a 08 anos) da Rede de Ensino e reuniões plenárias abertas ao público com a
40 participação dos membros dos conselhos tutelares. A mesma coloca ainda das audiências
41 públicas que aconteceram na Câmara Municipal e explica que do esforço surgiu a Frente
42 Parlamentar pela Primeira Infância, formada por membros do legislativo, entre eles, a
43 vereadora Ana Lúcia e o vereador Ivan Moraes, que já foi instalada e está em pleno
44 funcionamento. A conselheira informa que após todo o tramite legal haverá ainda a
45 oportunidade da sociedade civil participar de reuniões e audiências públicas convocadas pela
46 Câmara Municipal. Dito isto, Ana Farias convida o secretário executivo pela Primeira Infância,



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 Rogério Moraes, para apresentar o plano. O secretário explica que a caminhada foi longa e que
48 tudo começou a partir da criação do Marco Legal pela Primeira Infância e, logo em seguida,
49 instalação da Comissão de Elaboração do PMPI pelo COMDICA, seguindo as recomendações
50 da Rede Nacional da Primeira Infância. Rogério afirma que a partir daí foi elaborado um
51 diagnóstico com indicadores da Educação, da Saúde, da Assistência Social, do Urbanismo,
52 entre outros, que permaneceu em construção até o último momento e que é a base para a
53 constituição do PMPI. Ele coloca que por um tempo o processo sofreu uma parada para
54 reorganização em virtude da pandemia, mas que o processo foi retomado de forma remota e
55 através da consulta digital. A partir daí foi feito o envio para as secretarias analisar, agrupar e
56 compilar as sugestões, diz Rogério. O mesmo explica que o documento está dividido em
57 Expediente e Ficha Técnica; Prefácio (Desenho das Crianças); Apresentação; Introdução;
58 Diagnóstico; Resumo das Contribuições das Consultas Públicas; Princípios, Conceitos e
59 Diretrizes; Metas e Estratégias por Eixos; Sistemática de Monitoramento do Plano; Conclusão
60 (Desenhos das Crianças) e Fontes de Leituras e Dados. O secretário informa ainda que os
61 Eixos foram divididas da seguinte forma: Direito à Saúde; Direito à Educação e Cultura;
62 Direito ao Espaço Urbano; Direito à Assistência Social e Direitos Humanos e, por fim,
63 Governança e Intersetorialidade. Ele explica que a elaboração do plano teve muitos
64 colaboradores e consultores, entre eles, Mirza Neuman, Vital Didonet, Ieda Castro e Luzia
65 Lafitte. Rogério agradece ainda a participação dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil
66 (ADI's) que compartilharam muitas propostas. Dito isto, o secretário faz a leitura e explica o
67 Eixo do Direito à Educação e Cultura (anexo) e a conselheira Andréa Castro complementa a
68 informação com relação a proposta de ampliação de vagas. A conselheira Germana e o
69 conselheiro Paulo, membros da Comissão de Elaboração do PMPI, fazem a apresentação e
70 explicam o Eixo do Direito à Saúde (anexo 2). Paulo afirma que o plano expressa a
71 preocupação do que éramos há 40 anos, o que nos tornamos hoje na Pós-Constituição e onde
72 queremos chegar. Ele explica ainda que “*onde queremos chegar*” depende fortemente do
73 financiamento das Políticas Públicas tripartite. O conselheiro diz que ficou decidido que no
74 eixo do Direito à Saúde era preciso respeitar todas as tradições construídas ao longo dos anos,
75 propor inovações e respeitar, na íntegra, a Política Nacional de Saúde da Criança construída ao
76 longo de cinco anos. Paulo afirma ainda que foi levado em consideração a questão da
77 Diversidade, das múltiplas infâncias e das práticas científicas. O conselheiro Eduardo, membro
78 da Comissão de Elaboração do PMPI, faz a leitura e explica o Eixo do Direito à Assistência
79 Social e Direitos Humanos (anexo 3). Ele explica que cada eixo é introduzido por um breve
80 texto e que as políticas de Assistência Social e Direitos Humanos têm uma característica bem
81 peculiar de articulação com as outras políticas setoriais e reforçar a questão da
82 intersetorialidade. O conselheiro coloca também do apreço por manter todas as contribuições
83 da Plataforma Colab, especificando e aprimorando cada uma delas. O mesmo ressalta a
84 importância de trabalhar a questão da proteção contra acidentes, em parceria com a OSC
85 Criança Segura, em virtude de grande parte da mortalidade infantil está relacionada a
86 acidentes. Na ocasião, Eduardo cita o Projeto Geração Afeto, em parceria com a Secretaria de
87 Saúde/Programa Mãe Coruja, que trabalha algumas ações específicas de prevenção a acidentes.
88 Dito isto, Rogério retoma a apresentação pelo Eixo de Direito ao Espaço Urbano (anexo 4) e
89 fala das contribuições das diversas secretarias, fundações, Coletivo Massapê, Ameciclo e
90 Agência Recife para Inovação e Estratégia – ARIES. O secretário finaliza a apresentação pelo
91 Eixo de Governança e Intersetorialidade (anexo 5). Ele coloca que as ações são imprescindíveis
92 para proporcionar sustentação e garantir uma estrutura adequada para o bom funcionamento. O



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 mesmo afirma ainda que é importante que o PMPI tenha monitoramento, compartilhamento
94 contínuo e os relatórios anuais divulgados. É necessário garantir também os investimentos
95 necessários para a implantação das ações, diz Rogério. Finalizada a apresentação, Rogério
96 registra que durante o processo de construção do plano houve uma reunião importante com os
97 membros dos conselhos tutelares do Recife. O conselheiro Eduardo coloca que é importante
98 inserir no planejamento do COMDICA a construção do Plano Municipal de Direitos Humanos
99 de Crianças e Adolescente que agregue todas as dimensões e trabalhe dentro da perspectiva da
100 proteção integral. Ele diz da importância da temática da primeira infância para o
101 desenvolvimento do ser humano e o quanto a gestão foi feliz na constituição de todo o
102 processo. Eduardo ressalta ainda a necessidade dos investimentos necessários na Primeira
103 Infância e cita as referências científicas presentes nos textos do documento final. A
104 representante da Rede Estadual da Primeira Infância, Soledade Menezes, diz que os PMPI's
105 não tem uma estrutura padrão, mas que existem prerrogativas e que o PMPI Recife atendeu a
106 todas. Ela diz que as prerrogativas são acompanhadas pela Rede. Soledade afirma que a Rede
107 não tem nenhuma inferência que poderia obstruir a proposta de aprovação do plano. A
108 representante da CMM, Lourdinha, sugere escutar as crianças das instituições registradas no
109 COMDICA. O conselheiro Itamar coloca da importância do COMDICA ficar atento ao
110 processo de execução e monitoramento do PMPI devido as dificuldades já apresentadas de
111 fazer avaliação junto a outros planos municipais. Ele afirma que o PMPI está de acordo com as
112 necessidades do município e que as modificações e inserções devem ser construídas e
113 fortalecidas posteriormente. A conselheira Kátia pergunta se há espaço para algum acréscimo
114 no documento já que sente falta de um olhar para as comunidades periféricas, embora existam
115 sugestões para os espaços públicos. Nas comunidades periféricas há uma deficiência enorme de
116 ambientação pública, diz Kátia. Ela afirma ainda que é preciso reconhecer que as crianças das
117 comunidades tradicionais, o que inclui crianças de matriz africana, crianças ciganas, entre
118 outras, vivenciam nas suas experiências de vida uma violência histórica. Para exemplificar a
119 questão, a conselheira cita como experiência a sua vivência na construção do Plano Decenal do
120 Estado de Alagoas. O secretário Rogério afirma que foi feita uma escuta grande, mas que é
121 preciso manter a escuta permanente junto as crianças e agradece a Lourdinha pela sugestão.
122 Rogério diz que é fundamental a questão do monitoramento do PMPI e da cobrança por parte
123 da sociedade civil. Com relação as colocações da conselheira Kátia, ele afirma que foi preciso
124 fechar o PMPI para o encaminhamento devido, mas que ainda haverá discussões na Câmara de
125 Vereadores. Dito isto, o secretário faz a leitura de alguns subeixos que contemplam ações
126 específicas. O conselheiro Eduardo acha válida as informações trazidas pela conselheira Kátia,
127 diz que houve propostas de incluir as crianças nos equipamentos de Cultura e coloca que
128 existem ações para levar equipamentos que beneficie crianças da periferia, privilegiando os
129 espaços mais vulneráveis e em situação de violência. Dito isto, o conselheiro faz a leitura de
130 subeixos que contemplam ações específicas. O conselheiro Paulo afirma que o PMPI está
131 apenas no fim da primeira etapa e que há muito por ser feito. Ele diz que é importante não
132 perder de vista que o PMPI é um plano que precisa ser dinâmico e que a aprovação na Câmara
133 Municipal não garante que o mesmo está concluído. É preciso continuar aguerrido, fala Paulo.
134 Ele afirma ainda que a conselheira Kátia coloca contribuições importantes já que há públicos
135 invisíveis que não tem como quantificar nos sistemas de informação e que Mirza fez um
136 esforço descomunal para trazer os dados, mas foi difícil. A conselheira Vesta parabeniza toda
137 comissão pelo trabalho e diz que gostaria de saber sobre a retirada das crianças da rua. O
138 conselheiro Eduardo afirma que no subeixo de Assistência Social (1.14) pode ser encontrada



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 ações para a questão da situação de rua. A conselheira Kátia sugere a construção de creches
140 para atender, em dez anos, cem por cento das crianças (Zonas Zeis); revitalização de espaços
141 dentro das comunidades periféricas (Zonas Zeis e outras); inclusão de questões de saneamento
142 básico; entre outros. Kátia afirma que é preciso colocar para monitoramento os percentuais em
143 curto, médio e longo prazo e que é preciso considerar o pós-pandemia. **Em regime de votação,**
144 **o presidente pergunta ao colegiado se aprova o Plano Municipal pela Primeira Infância.**
145 **O colegiado acena positivamente e o Plano Municipal pela Primeira Infância do Recife é**
146 **aprovado por unanimidade.** O presidente Armindo agradece a todos pela aprovação e
147 parabeniza o trabalho de Aurely que foi a técnica responsável por acompanhar a Comissão de
148 Elaboração do PMPI. O conselheiro Paulo registra o agradecimento a toda equipe de Rogério
149 e, em particular, a Karen. Aurely agradece e registra o aprendizado cotidiano na comissão que
150 foi feito em muitas frentes. O presidente afirma também que o Fórum DCA Recife acompanha
151 todo o processo do PMPI desde o início e participa de todas as discussões. Seguindo a pauta, a
152 técnica Roberta afirma que no último pleno colocou como informe que o SIMASE estava
153 solicitando uma reunião com o COMDICA e CEDCA para tratar do Grupo de Trabalho de
154 Proteção à Vida. Ela informa que a reunião entre os dois órgãos aconteceu ontem, dia 27, e que
155 teve como pauta o Plano Socioeducativo do Recife e a necessidade de criação do GT citado. A
156 mesma diz ainda que foi realizada uma reunião com o COMDICA para tratar o assunto e que
157 ficou acordado que Vanessa Pessoa, chefe da Divisão dos CREAS, poderia encaminhar um
158 Comunicado (em anexo) para o conselho deliberar o assunto em pleno. Dito isto, a técnica faz
159 a leitura do documento enviado e, logo em seguida, afirma que o GT precisa ser construído,
160 que o COMDICA tem que fazer parte junto com o CEDCA e que o GT é apontado dentro de
161 um Decreto Municipal. A gestora Vanessa, presente na plenária, afirma que, em agosto/2018,
162 foi lançado um Plano Socioeducativo para o Recife e que o mesmo vem sendo monitorado pela
163 Comissão SIMASE. A chefe informa que dentro das linhas de ação do plano existe a indicação
164 de criação do GT de Proteção à Vida para adolescentes e jovens do Recife em situação de
165 ameaça. Ela aponta ainda que foi elaborado um diagnóstico onde foi identificado alguns
166 entraves e lacunas na oferta deste serviço. Vanessa coloca que a ideia é efetivar a atuação do
167 GT e, para isso, é preciso envolver os conselhos municipal e estadual para discutir a lei
168 estadual de oferta do PPCAAM, provocando uma possível alteração da Lei no que tange os
169 fluxos e as portas de entrada para melhor qualificação da oferta do serviço. Ela fala que foi
170 feito um levantamento de quantos adolescentes, em 2018 e em 2019, solicitaram a proteção por
171 estarem em situação de ameaça e quantos efetivamente conseguiram acessar a proteção.
172 Vanessa acrescenta que a pauta é urgente e gostaria de escutar o colegiado sobre o assunto. A
173 conselheira Andréa Castro informa que foi criado o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de
174 Cuidados e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência
175 do Recife e pergunta se o comitê já não contemplaria a questão e se, realmente, é necessário a
176 constituição do GT de Proteção à Vida. O conselheiro Eduardo coloca que a discussão foi feita
177 ontem, 27, no comitê gestor e que o GT precisa ser criado para ter uma interface direta com o
178 comitê que vai trabalhar a escuta especializada e o depoimento especial, buscando a articulação
179 da rede. Eduardo afirma que a questão dos adolescentes e jovens em situação de ameaça de
180 morte é uma questão específica e bem urgente de ser trabalhada e entende que, para isso, é
181 preciso um GT específico que deve atuar de forma próxima ao comitê. Vanessa diz que
182 concorda com a preocupação da conselheira Andréa, que a Comissão SIMASE vem
183 trabalhando desde 2019, anterior ao processo de criação do comitê gestor, e que a temática do
184 atendimento de adolescentes e jovens em situação de ameaça realmente deve ser tratada pela



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 Lei Nº 13.431/2017. A gestora coloca que para quem atua com o Sistema de Proteção é preciso
186 um grupo específico de discussão para contar, efetivamente, com o trabalho da Defensoria
187 Pública, Ministério Público e Vara da Infância, por exemplo. Ela explica que, em algum
188 momento, será feita a interlocução, sim, com o comitê gestor. Vanessa coloca, como exemplo,
189 o fato do Ministério Público que é porta de entrada da proteção à vida não participar do comitê
190 gestor. Ela esclarece ainda que a ideia é chamar organizações sociais para melhor estruturar a
191 discussão. **Dito isto, a comissão é formada pelos seguintes membros do colegiado: Ana**
192 **Maria de Farias Lira, Eduardo Paysan Gomes, Armindo Nascimento Pessoa, Kátia**
193 **Simone Alves Pintor e Bárbara Elias de Souza Cabral.** Formada a comissão, a técnica
194 Roberta pergunta se o diagnóstico citado precisa ser reencaminhado para o colegiado. A
195 resposta é positiva. Roberta coloca que deve enviar a última versão encaminhada por Vanessa,
196 mas sem os dados do PPCAM. Vanessa conclui a participação afirmando que a secretária
197 solicita a presença da mídia e alta complexidade na discussão de proteção à vida. **Informes**
198 **Gerais** – A executiva Simone informa que recebeu uma ligação do Ministério Público para
199 agendar uma audiência sobre a participação do referido órgão no Comitê de Gestão Colegiada
200 da Rede de Cuidados e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas
201 de Violência do Recife. A audiência foi agendada para o dia 31, às 10h, com o Dr. Salomão
202 Ismael Filho e Dra. Jacqueline Guilherme Aymar. A executiva informa também que será
203 realizada outra audiência no dia 11 de agosto, às 15h, para tratar sobre o atendimento de
204 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que estão vivendo nas ruas Agenor
205 Lopes, Feliz de Brito e Imperador, na Av. Domingos Ferreira e no Cais de Santa Rita. Por fim,
206 Simone informa que já foram dados os encaminhamentos deliberados pelo Comitê Gestor. Não
207 tendo nada mais que por si só mereça registro, o presidente agradece a participação de todas e
208 de todos e encerra a reunião às 12h40.

209

210 Recife, 28 de julho de 2020

211

212

213

Armindo Nascimento Pessoa

214 *Presidente*

215

216

217

Ana Maria de Farias Lira

218 *(Conselheira / Secretaria de Desenvolvimento Social,*

219 *Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos)*

220

221

222

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha

223 *(Conselheira / Gabinete do Prefeito)*

224

225

226

Eduardo Paysan Gomes

227 *(Conselheiro / Secretaria de Desenvolvimento Social,*

228 *Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos)*

229

230



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

- 231
232 **Flávio Rubem Accioly Campos Neto**
233 (Conselheira / Gabinete do Prefeito)
234
235
236 **Germana Bezerra Suassuna**
237 (Conselheira / Secretaria de Saúde)
238
239 **Paulo Germano de Frias**
240 (Conselheira / Secretaria de Saúde)
241
242
243 **Vesta Pires Magalhães Filha**
244 (Conselheira / Procuradoria Geral do Município)
245
246
247 **Andréa Ricardo de Castro**
248 (Conselheira / Secretaria de Educação)
249
250
251 **Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade**
252 (Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola - CIEE)
253
254
255 **Itamar Sousa de Lima Júnior**
256 (Conselheira / Conselho Regional de Psicologia -CRP)
257
258
259 **Barbara Elias de Sousa Cabral**
260 (Conselheira / Escola Dom Bosco-Inspetoria Salesiano)
261
262
263 **Rafaela Silva do Rêgo Lima**
264 (Secretaria de Finanças)
265
266
267 **Evandro Alves de Freitas**
268 (Instituto Solidare)